



( Tradução )

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ORAL

A Secretária para a Administração e Justiça, Florinda Chan, tem várias vezes salientado publicamente que: actualmente, o diálogo entre o Governo e a Assembleia Legislativa (AL) é muito bom, porém, segundo a comunicação social: a propósito da questão da insuficiência registada no diálogo entre o Governo e a Assembleia Legislativa, o Presidente e o Vice-Presidente da AL lançaram fortes críticas ao Governo.

Em Macau, onde o poder executivo é predominante, apenas 30% das interpeleções escritas foram respondidas pelo Governo no rigoroso cumprimento do prazo de 30 dias estipulado por lei, o que impede a Assembleia Legislativa de, atempadamente, fiscalizar e supervisionar o Governo, para além de tornar mais difícil o seu apoio e colaboração com o Governo na implementação das acções governativas e na melhoria do relacionamento entre ambos.

Os Deputados, na sua qualidade de representantes do povo, não assumem apenas o papel de ponte de ligação entre a população e o Governo, nem apenas as funções de apoiar e colaborar nas acções governativas, o seu papel principal é fiscalizar e supervisionar a eficiência e a legalidade das acções implementadas pelo Governo. No entanto, tendo em conta as omissões cometidas por determinados serviços públicos e responsáveis do Governo, os Deputados deparam-se com dificuldades no cumprimento do seu dever de



( Tradução )

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

fiscalização, não conseguindo dar acompanhamento imediato às solicitações do povo. Isto deixa os Deputados envergonhados perante o público, e pode ainda dar azo a mais problemas sociais.

O Governo afirmou que presta elevada atenção às opiniões tanto dos Deputados como dos residentes, mas grande parte das interpelações apresentadas ao Governo pelos Deputados, enquanto representantes dos cidadãos, não foram oportuna e devidamente respondidas. O pior é que, quando os Deputados solicitam informações, o Governo impõe muitas barreiras que os impedem de conseguir acompanhar em tempo útil as questões sociais. Por exemplo, no dia 4 de Maio deste ano, enviei uma carta, através da Assembleia Legislativa, solicitando informações sobre um conselho consultivo criado por um determinado serviço público, mas já passaram mais de cinco meses e ainda não obtive uma resposta. Enviei mais uma carta através da Assembleia Legislativa, exigindo ao Governo que acelerasse o acompanhamento do assunto, mas continuo, até ao momento, sem receber qualquer resposta. É por demais evidente que a comunicação entre a Assembleia Legislativa e o Governo é insuficiente, devendo este averiguar as respectivas causas, pois a responsabilidade desta situação é sua.

Para além disso, no Relatório de Actividades do CCAC 2011 tecem-se críticas “no tocante às respostas dadas ao CCAC pelos serviços públicos, parte delas são ambíguas, afastam-se do assunto principal, criando assim obstáculos à resolução dos problemas e ao aumento da eficácia dos



( Tradução )

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

trabalhos.”. Esta referência serve para justificar, de forma indirecta, as situações acima referidas.

Interpelo, então, o Governo, sobre o seguinte:

1. Na opinião de especialistas, académicos e cidadãos, falta a comunicação entre os órgãos executivo e legislativo. Trata-se de um facto que toda a sociedade reconhece. O Governo está de acordo como isso? Como é que as autoridades vão melhorar a situação? Existe alguma calendarização para o efeito?

2. Como é que o Governo vai melhorar e reforçar a comunicação entre os órgãos executivo e legislativo, e ainda evitar as omissões administrativas?

3. O Governo considera como prática legal estar há mais de cinco meses sem resposta ao referido pedido de informações? Será que isto é que é boa comunicação? Os Deputados, no exercício das suas atribuições, solicitam informações ao Governo nos termos legais, através da Assembleia Legislativa. Porque é que as entidades públicas em causa não colaboram? Como é que o Governo avalia esta situação?

22 de Outubro de 2012.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM, Mak Soi Kun